

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 21/2015

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E
QUINZE

(Contém 15 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **José Gabriel do Álamo de Meneses** -----
VEREADOR **José Gaspar Rosa de Lima** -----
VEREADORA **Raquel Gomes Caetano Ferreira** -----
VEREADOR **Guido de Luna da Silva Teles** -----
VEREADOR **Fernando Francisco Paiva Dias** -----
VEREADORA **Catarina Cristina Ribeiro da Rocha** **Gonçalves Silva**
Matias -----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel** -----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia trinta de outubro de dois mil e quinze realizou-se na Sala de Sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Pelas 10H00 horas, o Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião. -----

Período da ordem do dia

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

1. Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2016

1.1. Ent. 1897- Para deliberação e entrega à Assembleia Municipal o Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2016, o qual importa, tanto na receita como na despesa o total de € 15.658.787,00. O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2016, bem como as normas sobre a execução orçamental, para aprovação do órgão executivo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

O Presidente colocou a discussão o mapa de pessoa anexo ao documento, o qual não mereceu reparos e foi aprovado com 4 votos a 3 abstenções dos vereadores do PSD e do CDS-PP. -----

Em relação aos documentos previsionais da Câmara Municipal o Presidente informou que houve necessidade de retirar 250 mil euros da receita para satisfazer a reduções proposta para o IMI, valor calculado com base na informação disponibilizada pela Autoridade Tributária, que apontou dados referentes a 2013. No entanto, salientou que existem sérias dúvidas sobre o número de famílias com dependentes no concelho, que apenas se poderá apurar quando a redução for aplicada. -----

A segunda questão complexa existente no orçamento, prende-se com a indefinição do orçamento do Estado para 2016, em particular com as despesas com pessoal. Estas circunstâncias fazem que o orçamento esteja a ser elaborado com elevada incerteza, a dificuldade de se prever a evolução futura da governação. Face ao apontado, o orçamento está a ser feito com a máxima das precauções, o que não invalida que em função dos desenvolvimentos da situação da política nacional se façam acertos posteriores. -----

Salientou que o orçamento para 2016 apresenta um investimento essencialmente igual ao do corrente ano. -----

O Vereador Alonso Miguel considerou que a parte de texto introdutório do orçamento é muito importante para a análise das opções do orçamento, pelo que foi difícil a sua análise sem o texto. Entende que o orçamento deveria estar dotado de verbas para resolver a situações decorrentes das intempéries dos dias 2 e 4 de setembro, ou que pelo menos deveriam ter sido hierarquizadas prioridades. -----

O Presidente esclareceu que as verbas das intempéries se encontram como investimento com fundos não definidos, por não estar contratualizado o apoio do Governo Regional, e por outro lado os projetos ainda não estão concluídos, pelo que não possível determinar com exatidão o custo das obras. No entanto, estão colocados a obras prioritárias, é o caso do campo de Jogos da Ribeirinha, a Canada do Vimial, o muro de suporte na rua Capitão João de Ávila e a ponte no Chafariz Velho. -----

Em relação ao controlo de pragas, informou que na sequência da reunião com os Presidentes de Junta, foi incluída uma verba de 50 mil euros, para o controlo dos

roedores. No que diz respeito às térmitas a Câmara mantém o montante para o tratamento de edifícios municipais pela técnica do calor, que pode funcionar como impulsionador para os privados também começarem a adquirir a uma tecnologia segura, pela ausência de químicos. Por fim no que diz respeito às gaiotas, o plano de controlo será implementado pela Teramb. -----

Informou ainda que a autarquia encomendou a uma empresa especializada a elaboração o Plano de Reabilitação Integrada Urbana Sustentável que permitirá a apresentação de candidaturas ao PO 2020, nomeadamente, os arranjo das calçadas. -----

Quanto ao trânsito salientou que foram feitas alterações junto ao liceu, que reduziu os estrangulamentos de trânsito junto aos bombeiros, com paragens de muitos minutos e o risco dos alunos serem atropelados, esta alteração melhorou muito a qualidade do transporte escolar, em que os alunos saem e entram junto à escola. Também desapareceu o clássico engarrafamento junto à Praça Velha, o trânsito passou ser fluido neste eixo, pelo que não há intenção de voltar a mexer nesta área. Segunda questão foi inverter o trânsito na rua Direita e da rua de Santo Espírito que permite uma maior fluidez do transito na rua da Sé. Quanto às questões do estudo do trânsito temos de aguardar a sua conclusão para a Câmara de pronunciar, tendo sempre presente que se trata de um plano que pode ou não ser aplicado. -----

“Declaração de voto de vencido sobre os documentos previsionais da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2016 dos Vereadores do PSD e do CDS-PP. --

1. Segundo o disposto na alínea a) do ponto 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o orçamento municipal deve incluir um Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental da proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. No entanto, este relatório não foi disponibilizado atempadamente para análise, em conjunto com as restantes peças do orçamento para 2016. -----

2. A ausência do supra referido relatório dificultou a análise do orçamento, tornando complexa a interpretação das linhas de ação propostas pelo executivo, tendo eliminado qualquer meio de fundamentação das opções tomadas e da ordem de prioridades assumida. -----

3. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2016 apresentados não incluem dotação de verbas para colmatar os

prejuízos e danos causados pelas inundações de Setembro de 2015, para os quais foi elaborado um documento com a hierarquização das prioridades de intervenção. Alguns desses casos, como o troço entre a rotunda das Figueiras Pretas e a Escola do Pico da Urze, em que as paredes de suporte ameaçam ruir, sendo esse um trajeto com trânsito considerável e onde passam frequentemente crianças, carece de urgente intervenção, que não se compadece com qualquer tipo de indefinições. -----

3. Apesar de os Vereadores da Oposição, CDS-PP e PSD, partilharem algumas das opções políticas que este executivo tem implementado e que estão explanadas no orçamento para 2016, como as reduções ao nível do IMI nas zonas mais desertificadas do Concelho e no centro da cidade; as reduções de taxas para a fixação e o investimento dos jovens em Angra; as reprogramações feitas para aproveitamento do fundo comunitários; e a cautela evidenciada pelo não empolamento do orçamento com verbas ainda não asseguradas, este orçamento reflete um conjunto de opções que não se compatibilizam com a visão que os Vereadores do CDS-PP e PSD têm para Angra do Heroísmo, continuando a apostar na obra de construção do novo Mercado Municipal no Cerrado do Bailão, com a qual não concordamos, continuando a não contemplar um verdadeiro Orçamento Participativo e continuando a não prever a devolução de qualquer parte do IRS aos municípios. -----

4. A estratégia adotada pelo atual executivo municipal, do Partido Socialista, continua a denotar graves falhas no planeamento das políticas administrativas do município. Refira-se, mais concretamente: a gestão *ad-hoc* que tem sido levada a cabo em matéria de trânsito, onde Angra do Heroísmo continua sem um estudo de trânsito aprofundado e rigoroso; a questão das obras nas calçadas do centro da cidade que continua sem ter uma dotação capaz de resolver o problema de forma cabal; a problemática da infestação das casas da cidade por térmitas, para o qual não se vislumbram soluções eficazes; entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados. -----

5. Pelas razões anteriormente referidas e tendo em conta que as prioridades refletidas no Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2016 não são adequadas e que continuarão a não promover o desenvolvimento de Angra do Heroísmo, os Vereadores do CDS-PP e do PSD votaram contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016.” -----

A Câmara Municipal, aprovou o documento em causa, com 4 votos a favor e 3

votos contra dos Vereadores do PSD e do Vereador do CDS-PP, com fundamento na declaração de voto que apresentam, e deliberou submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos conjugados da alínea c), n.º 1, artigo 33.º e alínea a), n.º 1, artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (534/2015/CMAH) -----

1.2 - Ent. 8126 – E-mail da **Autoridade Tributária e Aduaneira**, comunicando o valor da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis, resultante da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** (535/2015/CMAH) -----

Taxas do IMI para 2016

1.3 - Ent. 1930 – Proposta de taxas referentes ao **Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2016**, nos termos do n.º 6 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

O Presidente referiu que a proposta apresentada aponta uma alteração nos majorantes no ponto 3, que se aplica no máximo, para os prédios em ruínas. No ponto 4 é aplicada a redução máxima em todas os escalões aos agregados com dependentes. -----

A Câmara Municipal, por unanimidade concordou com as taxas propostas, tendo decidido remeter o assunto à assembleia Municipal, para deliberação nos termos dos n.ºs 6, 7, 8 e 12 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. (536/2015/CMAH) -----

1.4 - Ent. 11270 – Proposta dos **Vereadores do Partido Social Democrata**, tendo em vista a redução da taxa do IMI para famílias com dependentes a cargo, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. - **A Câmara Municipal, admitiu a**

proposta a qual ficou prejudicada pelo seu conteúdo integrar a proposta aprovada por unanimidade constante do ponto 1.3.(537/2015/CMAH) -----

1.5 - Proposta dos Vereador do CDS- PP, tendo em vista a redução da taxa do IMI para famílias com dependentes a cargo, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. - A Câmara Municipal, admitiu a proposta a qual ficou prejudicada pelo seu conteúdo integrar a proposta aprovada por unanimidade constante do ponto 1.3.(538/2015/CMAH) -----

2. Proposta de tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2016

2.1. Ent - 11149 - Ofício dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, com a referência SAI-SMAH/2015/1751, de 23 do corrente, remetendo a proposta de tarifário para 2016, para aprovação, conforme determina a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Relativamente, a esta matéria o Presidente informou que apenas foram feitas duas correções, na tabela referente a análises de lamas, no ponto 8.5.3. com a de preços que se encontravam mal indicados. -----

A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este documento e deliberou remeter o mesmo à Assembleia Municipal para conhecimento.(539/2015/CMAH)

3. Documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2016

3.1. Documentos previsionais dos **Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo** para 2016, apresentando os seguintes valores: -----

Plano Plurianual de Investimentos: -----

Despesas de investimento - € 449 536,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis euros) -----

Orçamento: -----

Receitas correntes - € 6 142 430,00 (seis milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta euros) -----

Receitas de capital - € 46 350,00 (quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta euros)

Outras receitas (diversas) - €66 800,00 (sessenta e seis mil e oitocentos euros) ---

Total geral das receitas - € 6 188 780,00 (seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta euros) -----

Despesas correntes - € 5 573 144 (cinco milhões, quinhentos e setenta e três mil, cento e quarenta e quatro euros) -----

Despesas de capital - € 615 636,00 (seiscentos e quinze mil, seiscentos e trinta e seis euros) -----

Total geral das despesas - € 6 188 780,00 (seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta euros) -----

Para aprovação do órgão executivo municipal e posterior submissão à Assembleia Municipal, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Em relação aos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados o Presidente referiu que existe um grande desequilíbrio na despesa com pessoal, que excede em muito os 35% da receita corrente, conforme norma do Orçamento de Estado. -----

Referiu que em relação ao grupo municipal, a Câmara está com 38,11%, os Serviços Municipalizados 51,6% e os 60% da Teramb com 19,81%, a média do grupo municipal é de 42%. Ora quando o rácio não é cumprido, o grupo municipal não pode aumentar a despesa com pessoal. -----

A situação particular dos Serviços Municipalizados tem de ser corrigida, para tal é necessário manter uma política agressiva de redução de pessoal. -----

O Vereador Alonso Miguel questionou como se resolve esta situação. Ao que o Presidente informou que não há obrigação de resolver, apenas não se pode subir a despesa, o que causa algumas preocupações, porque na Teramb com o arranque da CVE, tem de colocar pessoas, que quando transitam da Câmara ou dos Serviços passam a 60%, mas quando sejam oriundos da Câmara da Praia da Vitória passam também a contar 60% para Angra. -----

A saída de trabalhadores, por via da reforma ou de rescisão por mútuo acordo em 2015, levou a uma redução estimada de 85 mil euros. Espera-se que em 2016, saiam 6 para reforma e mais alguns dos 13 cujos processos de revisão correm por junta médica devido a ausências de longa duração, estimando-se uma redução de 200 mil euros anuais. -----

Informou que existem apenas duas necessidades de pessoal, 1 engenheiro civil na Câmara e 1 jurista nos Serviços Municipalizados. As vagas referentes à saída de pessoal no corrente ano foram todas extintas. -----

Relativamente às verbas afetas à delegação de competências nas juntas de freguesia, conclui-se que as verbas distribuídas continuam a obedecer a critérios injustos que vêm sendo seguidas, pelo menos nos dois últimos anos. Em resultado da aplicação desses critérios a freguesia com maior área é a que recebe por Km menor verba. Ou seja os critérios adotados prejudicam as freguesias com maior área.-----

Por exemplo a junta de freguesia da Terra Chã com maior área recebe 969,03€/Km que é o valor mais baixo de todas as freguesias incluídas nesta delegação de competências. -----

O Vereador Fernando Dias referiu em relação ao orçamento dos Serviços Municipalizados, como é referido no recente relatório preliminar da Inspeção, ser necessário prover contas equilibradas, o que leva a uma posição de cautela, até se conhecer o relatório final da Inspeção Administrativa Regional. Entende que para uma análise correta, teria de se ter acesso a documentos previsionais da execução orçamental para se saber o qual o desequilíbrio financeiro. Questionou como se

enquadra no orçamento a recomendação da ERSARA, que indica o equilíbrio financeiro da água para daqui a 3 anos e nos resíduos para daqui a 5 anos. -----

O Presidente informou que do ponto de vista do equilíbrio no setor das águas, não existe qualquer problema. A situação de desequilíbrio existe no setor dos resíduos e nas águas residuais, neste último caso devido à forma como a rede se encontra estruturada, impondo custos de operação elevados. -----

Para resolver a situação, poderia-se aumentar as taxas de forma muito acentuada, o que não é desejável. A outra alternativa passa pela alteração estrutural da rede, que será feita nos próximos 5 anos, com vista à redução dos custos de operação. -----

Por outro lado, referiu o compromisso decorrente da DIA da construção da CVE, que impõe até 2020, atingir as metas de reciclagem muito exigente, o que implica a reformulação total do sistema de resíduos. O processo já foi iniciado no ano passado, com a introdução do PAYTH, tem de continuar com a reformulação dos circuitos de recolha. Para isso é necessário abrir concurso para a exploração da recolha separativa e da triagem. Neste momento o contrato anual com a Resiaçores, não dá segurança ao operador nem permite os investimentos adequados para se conseguir as metas, pelo que já foi comunicado à empresa a intenção de abrir concurso no próximo ano, por um período de 5 anos renovável. Defendeu que com as ações atrás descritas os Serviços Municipalizados ficarão equilibrados do ponto de vista económico. -----

Apesar da explicação, o Vereador Fernando Dias entende que a situação de desequilíbrio financeiros dos Serviços Municipalizados é preocupante. Acrescentou ainda a necessidade de implementar o programa de faturação eletrónica, a necessidade fazer seguros para danos patrimoniais contra terceiros e, por fim, questionou qual a razão dos valores dos compromissos plurianuais terem um acréscimo de 10%. -----

O Vereador Alonso Miguel entende que em mandatos anteriores não foram acauteladas as situações referentes ao pessoal, o que agrava a situação atual, por outro lado, considerou que em termos de investimento é muito redutor, porque se

baseia em duas grandes obras, que ainda por cima dependem de financiamento do PO 2020. -----

O Presidente informou que o programa de faturação já se encontra em funcionamento, quanto aos seguros informou que se mandou abrir um concurso para o grupo municipal, no entanto, é uma matéria muito complexa que abrange uma diversidade itens que estão a ser avaliados. Quanto aos compromissos plurianuais irão permitir uma maior liberdade de gestão face à lei dos compromissos.

“Declaração de voto de vencido sobre os documentos previsionais dos serviços municipalizados de Angra do Heroísmo para 2016 dos Vereadores do PSD e do CDS-PP. -----

Ao abrigo do n.º 3, do Artigo 58.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais – que determina que “*o registo de vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação*”, os Vereadores do PSD e do CDS-PP abaixo assinados apresentam a seguinte declaração de voto de vencido: -----

Atualmente está em fase final do contraditório o relatório preliminar da I.R.A.P. de 28 de Agosto de 2015, respeitante à inspeção realizada aos SMAH (Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo) no ano de 2014. -----

Este relatório propõe um conjunto de responsabilidades sancionatórias financeiras elevadas, na ordem das centenas de milhares de euros, atribuídas a eleitos locais e que votaram favoravelmente determinados documentos, situações descritas nos pontos 4. 2. 2. 1 (Não cumprimento das regras previsionais de elaboração do orçamento com vista evitar o empolamento da receita) e 4. 6. 1 (Execução da cobrança da receita).-----

É fundamental conhecer o despacho final da entidade que tutela a I.R.A.P. que recairá sobre os assuntos abordados neste relatório, nomeadamente: -----

- A necessidade de se evidenciarem nos documentos previsionais, se as regras relativas à previsão das receitas provenientes da prestação de bens e serviços estão corretamente calculadas e não contribuem para o empolamento das receitas. -----

Comparando as receitas dos SMAH que deveriam ser obtidas em 2014 com a regra

provisional (cf. pág. 33 do relatório) com os valores inscritos para a mesma rubrica orçamental, verifica-se existir aparentemente um excesso de receita, embora se diga no orçamento, sem o demonstrar que as receitas foram calculadas "...tendo em conta a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses nos termos das alterações às regras previsionais para elaboração do orçamento"; -----

04	01	99			Taxas diversas			
07	01	10	01		Sucata			
07	01	10	99		Outros			
07	01	11	02	01	Água *			
07	02	04			Seviços de laboratório			
07	02	09	01	02	Tarifa lig. Ao sist. Predial águas res.			
07	02	09	01	03	Diversos serviços saneamento			
07	02	09	02	01	Tarifa remoção/recolha res. Sólidos			
07	02	09	99	01	Tarifa ligação/ colocação contadores			
07	02	09	99	02	Tarifa de ligação e interrupção			
07	02	09	99	03	Tarifa de aferição/transferência contador			
07	02	09	99	07	Tarifa de disponibilidade **			

A obrigatoriedade de se alcançar o equilíbrio económico-financeiro dos SMAH, assunto que a atual proposta de orçamento não contempla, até porque, os documentos previsionais apresentados, apesar de serem os indicados na lei não permitem “à priori” aferir do equilíbrio patrimonial do exercício. O orçamento apresentado utiliza a contabilidade orçamental que só permite prever que os recebimentos totais são iguais aos pagamentos totais. -----

Aos eleitos locais, incluindo os da oposição, pedem-se responsabilidades políticas mas também responsabilidades técnicas para os quais, aquando da apreciação de documentos, não têm informação correta e clara sendo, por isso, injustamente penalizados. Isso exige maior cuidado e rigor na informação que lhes é prestada e que os mesmos exigem. -----

A exigência do equilíbrio económico-financeiro dos SMAH deve ser alcançada de imediato ou poderá ser tendencial e ter um horizonte temporal entre 3 e 5 anos para o seu cumprimento, conforme Recomendação nº 1/ 2015 da E. R. S. A. R. A (nº 7 do artigo 8º). -----

A partir da data de apresentação do relatório final, os SMAH têm 60 dias para dar conhecimento à I.R.A.P. das medidas e decisões adotadas na sequência da ação inspetiva realizada. -----

Há medidas que terão de ser tomadas no ano de 2016 e que não estão descritas nos documentos previsionais, que a auditoria vem reclamando há já vários anos e que no próximo ano serão essenciais adotar: -----

- Transferência dos SMAH para a TERAMB do património (móvel e imóvel) que fazem parte até ao momento das demonstrações financeiras daquela entidade. Isto é, os registos contabilísticos dos SMAH continuam a incluir todos os investimentos no Aterro Sanitário Intermunicipal, reconhecendo-se periodicamente as amortizações desse conjunto de investimentos e ainda os respetivos proveitos extraordinários resultantes da amortização dos subsídios recebidos, quando a gestão do aterro é da responsabilidade da TERAMB desde 2011. -----

Devido ao impacto que tal regularização terá nas contas dos SMAH e indiretamente nas contas da CMAH, o auditor dos serviços municipalizados recomenda a resolução urgente deste assunto, o qual deveria estar contemplado nas Grandes Opções para 2016 dos SMAH. Sobre este assunto o Presidente da Câmara apresentou, no momento da realização desta reunião extraordinária, uma proposta sobre este assunto que vai ao encontro das preocupações acima expostas. O conteúdo dessa proposta não está previsto nos documentos previsionais apresentados e depende também da vontade do Município da Praia da Vitória. Não sabemos qual a atitude que este Município irá tomar sobre este assunto. Por estas razões, entendemos pertinente manter, nesta declaração de voto, referência sobre esta matéria, cuja resolução é essencial para a clarificação das contas dos SMAH: --

- Necessidade urgente de aquisição de programa informático de faturação de forma a permitir a ligação automática entre os montantes efetivamente faturados e os valores plasmados nas vendas e prestações de serviço incluídos na demonstração de resultados. A aquisição deste software continua a não estar prevista para 2016. Nesta reunião, o Presidente da Câmara afirmou que este programa tinha sido adquirido em 2015, mas esperamos confirmação em próximo relatório dos auditores;

- Cumprimento das sugestões que há muito o auditor recomenda em matéria de

seguros de danos patrimoniais do imobiliário e respetivo recheio e de responsabilidade civil por prejuízos causados a terceiros; -----

- Os documentos previsionais dos SMAH incluem um conjunto de valores respeitantes a compromissos plurianuais (pág. 31) cuja execução física e financeira irão ocorrer até 2017. Estes valores têm por base os inscritos nos contratos de anos anteriores com um acréscimo de 10%, o qual não está fundamentado e do qual discordamos. -----

As Grandes Opções do Plano de 2016, incluem uma verba definida de 449 536 € e não definida de 1 156 016 €, que é manifestamente insuficiente para as necessidades e ocorrem devido ao desconhecimento, nesta altura, do nível de ajudas comunitárias para este efeito. -----

Pelas razões atrás apontadas, os vereadores do PSD e do CDS-PP, entendem votar contra os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra Heroísmo, apresentando a presente declaração de voto de vencidos.” -----

A Câmara Municipal, aprovou o documento em causa, com 4 votos a favor e 3 votos contra dos Vereadores do PSD e do Vereador do CDS-PP, com fundamento na declaração de voto que apresentam, e deliberou submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos conjugados da alínea c), n.º 1, artigo 33.º e alínea a), n.º 1, artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.(540/2015/CMAH) -----

4. Proposta de transição de bens da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para a Teramb-EEM.

4.1. Ent. 1958 - Proposta no sentido de se requerer à Assembleia Municipal autorização para a transição de bens móveis e imóveis pertencentes à Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para a TERAMB – EEM, nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a proposta e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal para os devidos efeitos. (540/2015/CMAH) -----**

5. Proposta de reafetação de valores entre classificações económicas e GOP's do Plano e Orçamento para 2016

5.1. Ent. 1959 - Proposta com vista à reafetação de valores entres classificações económicas e GOP's , as quais implicam o aumento das Grandes Opções do Plano para 2016 de 6.191.193,00€ para 6.244.193,00 euros, não implicando um aumento da despesa geral. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a proposta em questão.(540/2015/CMAH) -----**

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, pelas doze horas e vinte e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada. ---

O texto das deliberações tomadas na presente reunião foi aprovado, por unanimidade, em minuta, a fim de produzirem efeito imediato. -----

Angra do Heroísmo, 31 de outubro de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal,

A colaboradora que lavrou a ata,
